



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLO SIC [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria da Educação

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Informações sobre pedidos de informação e manifestações em ouvidorias. Informações adequadamente prestadas. Inexigibilidade de tratamento das informações fornecidas. Negado provimento.

DECISÃO OGE/LAI nº 132/2018

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Secretaria da Educação, número SIC em epígrafe, para informações relativas aos pedidos de acesso à informação e manifestações registradas na ouvidoria da Pasta pelo cidadão, assim como as respostas fornecidas, certificadas e assinadas digitalmente, bem como emissão de certidão negativa no caso de não haver procedimentos iniciados pela Secretaria perante outros órgãos.
2. Em resposta, o ente enviou os dados requeridos relativos aos pedidos de acesso à informação e manifestações feitas na ouvidoria da Secretaria. Em recurso, a Pasta afirmou que enviou as informações no único formato disponível. Insatisfeito, interpôs o presente recurso, cabível a esta Ouvidoria Geral do Estado, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015, protestando pelo envio das informações com assinatura eletrônica ou certificação digital e emissão de certidão negativa.
3. A análise do pedido formulado e da resposta ofertada permite concluir que a demanda original foi adequadamente atendida, tendo sido informados ao cidadão os pedidos de acesso à informação e manifestações protocoladas, assim como suas respostas, em pleno cumprimento ao disposto no artigo 11, caput, da Lei nº 12.527/2011.
4. Vale ainda recordar que a Lei de Acesso à Informação não ampara a formulação de consultas, denúncias, reclamações ou pedidos de providências para a Administração Pública, tendo como objetivo o fornecimento de dados, documentos ou informações públicas custodiadas pelo Estado, conforme reiterado entendimento do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria Geral da União.
5. Da mesma forma, não é exigível do ente público o tratamento, digitalização ou tabulação dos dados ou documentos fornecidos, sendo suficiente a entrega das informações no formato em que se encontram, conforme respaldo do artigo 11, §6º da LAI.

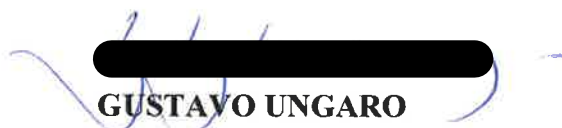
5



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

6. Diante do exposto, considerando o adequado atendimento do pedido inicial, **conheço do recurso** e, no mérito, **nego-lhe provimento**, com fundamento no artigo 11, caput e §6º da Lei de Acesso à Informação, ausentes as hipóteses recursais do artigo 20 do Decreto n. 58.052/2012.
7. Publique-se no sistema eletrônico do SIC, para ciência dos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 12 de abril de 2018.


GUSTAVO UNGARO
OUVIDOR GERAL DO ESTADO

MKL